PROIN PROJETO INTEGRADO
Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo

Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930)

Rogério Dezem[1]

入植当時の醫務局

一九二九より一九三〇年の内田医師　細江医師時代。新病院完成前の医務並びに薬局（相沢氏）の家屋上の写真は此の建物の中。

AMBULATÓRIO MÉDICO E FARMACÊUTICO
Sob cuidados dos doutores Utida e Hosoe, sendo farmacêutico o sr. Aizawa. Na época da fundação em 1929.

Em 18 junho de 1908 com a chegada da primeira leva de imigrantes japoneses ao Brasil, após algumas tentativas anteriores fracassadas, ocorreu a efetiva aproximação entre o governo japonês e o brasileiro. Mesmo que esta iniciativa tivesse naquele momento um **caráter experimental** (1908-1914)[2], aos olhos das autoridades brasileiras, interessadas mais na

[1] Professor e Mestre em História Social pela FFLCH/USP (2003). Pesquisador do PROIN/USP (Projeto Integrado Arquivo do Estado de São Paulo/USP) e autor dos livros: *Shindô-Renmei:terrorismo e repressão* (Série Inventários DEOPS. São Paulo, Imprensa Oficial/AESP, 2000) e *"Matizes do Amarelo": A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. (Coleção Histórias da Intolerância. São Paulo, Humanitas/USP, 2005).

[2] Segundo o sociólogo Hiroshi Saito, entre os anos de 1908 e 1914 foram transportados através de companhias de emigração para o Brasil dez levas de imigrantes japoneses. Foram 3.734 famílias, perfazendo um total de 14.983 japoneses. In: Chiyoko Mita. *Bastos: uma comunidade étnica no Brasil*. São Paulo, Humanitas/USP, 1999. p.40.

manutenção da imigração branca católica e de origem mediterrânea, essa tentativa representou a inserção em território paulista de um "novo" tipo de imigrante (etnica e fisicamente): o japonês.

Nosso objetivo neste artigo é apresentar subsídios de caráter histórico e socioeconômico para a compreensão do modelo de colonização empreendido pelo governo japonês no estado de São Paulo nas primeiras décadas da imigração japonesa no Brasil. Momento histórico no qual o trinômio "*Terra, Educação e Saúde*" se tornou o alicerce dos diferentes tipos de núcleos que surgiram durante o período perscrutado neste artigo. Mais especificamente nosso foco será a *terra* ou o espaço físico, objeto de desejo da maior parte dos imigrantes naquele período. No caso dos imigrantes japoneses, a estrutura criada a partir da iniciativa das companhias de imigração associadas ao governo japonês que objetivavam a criação de núcleos ou colônias adquiriu um caráter singular. Como exemplos deste tipo de empreendimento citamos os núcleos de Iguape (1912), Aliança (1924) e Bastos (1928).

1. Deslocar-se é preciso...

A entrada de imigrantes japoneses no Brasil foi conseqüência de duas políticas imigratórias antípodas: a brasileira e a japonesa. Em comum, a necessidade de ambos países em se modernizar perante as nações européias, por isso a adoção de políticas verticais voltadas para emigração (Japão) e imigração (Brasil). Ambas idealizadas e colocadas em prática pelos governos imperialista japonês e republicano brasileiro. Veremos que a aproximação destas duas nações em construção, mas diferentes culturalmente, teve como *leitmotiv* necessidades socioeconômicas imediatas.

O governo brasileiro, representando os interesses da oligarquia cafeeira paulista, constantemente reclamava a falta de braços para a lavoura cafeeira em franca expansão no início dos 1900[3]. Associado diretamente ao interesse de aquisição de mão-de-obra "boa e barata", se

[3] Segundo o historiador Michael Hall esta reclamação é inverossímil, pois a proporção real de braços necessários ao café e a dos imigrantes entrados no Brasil até 1914 foi o dobro da necessária. Ver Michael Hall. *Trabalhadores*

encontrava a necessidade de novos mercados consumidores de café e de açúcar. Além disso, um problema que preocupava o governo brasileiro desde o período Joanino (1808-1821) era a questão demográfica, ou seja, uma política efetiva de povoamento para o vasto território nacional. Ocupar estrategicamente os vazios demográficos era um dos maiores objetivos ao se atrair imigrantes colonos desde o início do século XIX.

Produto direto desta "necessidade histórica" foi a criação pelo governo paulista da Repartição de Terras, Colonização e Imigração (1891), vinculada a Secretaria de Agricultura. A entidade tinha como principais objetivos validar títulos de terras, fiscalizar e alienar terras públicas[4]. Essa política de "organização do espaço", para onde deveriam ser instalados imigrantes em território paulista, foi levada efetivamente a cabo a partir de 1892, pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo encarregada do serviço de imigração para o estado. Segundo Cândido Rodrigues, Secretário de Agricultura, em 1899, a Comissão de Obras Públicas do senado de São Paulo havia recomendado que se estabelecessem mais núcleos coloniais com o objetivo de servir de "viveiros de trabalhadores para a grande lavoura". Sob a ótica conservadora das oligarquias do café paulistas, estes "viveiros" facilitariam a vida tanto dos fazendeiros como dos colonos, pois *serviriam para fixar o imigrante ao solo, à disposição da lavoura do café e ainda aliviaria o fazendeiro da obrigação de construir à sua custa casas para os colonos*[5].

Do outro lado, o governo japonês ao promulgar a Lei de Proteção aos Emigrantes (1896), transformou a iniciativa de imigrar em política de Estado. A opção por uma política emigratória dirigida pelo estado japonês foi resultado, em grande parte, da estratégica expansionista japonesa na Ásia, a partir da necessidade em desobstruir o exíguo arquipélago japonês da explosão demográfica sentida desde a década de 1880. Além disso, havia a necessidade da conquista de um "espaço vital", fornecedor não só de terras cultiváveis, mas também de matérias-primas essenciais (carvão, ferro, petróleo) para o desenvolvimento do Japão à sombra das potências

---

Imigrantes. Série Trabalhadores. Campinas, Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo de Campinas, 1989. Entre 1904 e 1908, o Brasil atingiu seu auge em número de sacas exportadas, foram 51.835 sacas exportadas contra 15.328 de outros países. In: *Anuário Estatístico do Café*. Depto. Nacional do café. 1938. p. 12.

[4] Kátia Cristina Petri. "Terras e Imigração em São Paulo: Política Fundiária e Trabalho Rural". *Histórica*. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado.Edição no. 2. Junho de 2005.p. 5.

[5] Idem. p. 7.

imperialistas ocidentais (Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra) e orientais (Rússia). Como objetivo central estava, a qualquer preço, a modernização do Japão a partir de moldes ocidentais. A consolidação de uma política emigratória tutelada[6] foi importante para que este projeto se consolidasse. Concomitante a isso, o capital economizado e enviado pelos emigrantes de volta ao Japão também era um importante fator para dinamizar a economia japonesa que sofria com o diminuto mercado interno.

As companhias de imigração particulares e o governo *Meiji* (1868-1912) já vinham experimentando modelos de emigração e colonização, inicialmente em algumas ilhas na Ásia, no Havaí e posteriormente na América do Norte (Estados Unidos, Canadá) e do Sul (México, Peru e Brasil entre outros). A pioneira foi a Companhia de Imigração *Kichisa* criada em 1891. No entanto, o total de companhias de emigração nunca ultrapassou quatro dezenas. Em 1903 o número de companhias era de 36, decrescendo para 23 em 1908 e um ano depois, restavam apenas cinco companhias de emigração[7]. Fatores como a propaganda enganosa por parte das companhias, que levou a queixas e a instauração de processos efetuados pelo próprio governo japonês contra as mesmas, falência por falta de capital, a restrição da entrada de imigrantes japoneses nos Estados Unidos (*Gentlemen´s Agreement*, 1908) e outros países da América e, conseqüentemente, a diminuição do fluxo de emigrantes foram um duro golpe para as companhias.

Ao enviar seus emigrantes para estas regiões do globo, o governo japonês almejava que a emigração de seus naturais tivesse caráter permanente. O emigrante dessa forma se tornava um legítimo representante do Império do Sol em solo estrangeiro. Dessa maneira procurava-se consolidar positivamente a imagem do povo japonês junto aos países ocidentais. Aqueles japoneses que por uma série de razões, se aventurassem como emigrantes, se tornavam automaticamente aos olhos do governo japonês "pequenos embaixadores", legítimos representantes do Japão e da *raça japonesa* no exterior.[8] Por outro lado, na mentalidade dos

---

[6] Célia Sakurai. *Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia defendida em 2000 no IFCH da Unicamp. p. 83-85.
[7] Chiyoko Mita. *Bastos*...op. cit.. p. 25.
[8] Rogério Dezem. *Matizes do Amarelo: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo, Humanitas/USP, 2005.

milhares de japoneses que embarcavam no porto de *Kobe* para trabalhar como colonos no exterior, a emigração tinha caráter temporário (*dekassegui*). Mesmo com objetivos diferentes, foi graças às intervenções e o suporte do governo japonês, objetivando a permanência dos seus súditos em território estrangeiro como importantes elementos fomentadores da economia nipônica ultramar, que a política emigratória se tornou um dos principais pilares da política japonesa ao longo da primeira metade do século XX.

Desde o início, os imigrantes japoneses eram vistos pelo governo paulista como potenciais colonos para o trabalho nas fazendas de café, situadas ao longo das estradas de ferro Mogiana e Paulista que cortavam o interior do estado de São Paulo. Sob esta lógica, a totalidade do contingente japonês deveria ser formada por agricultores, principal requisito para se poder imigrar. No entanto, esta diretriz não foi levada à risca pelas companhias de emigração japonesas, mais interessadas no lucro fácil, do que propriamente em colaborar com o projeto de emigração do governo japonês.

As autoridades paulistas representantes dos interesses dos cafeicultores paulistas olhavam com grande desconfiança para os recém-chegados. As características físicas e culturais dos japoneses diferentes ao branco europeu (modelo de imigrante por excelência), influenciavam julgamentos negativos por parte dos fazendeiros paulistas. No entanto foram as fugas de famílias inteiras endividadas que não obtiveram o rápido sucesso almejado, ou melhor, sonhado, causando grande polêmica em torno da continuidade ou não da imigração japonesa para o Brasil. Nota-se o conflito de interesses e objetivos entre companhias de imigração japonesa (lucro), governo brasileiro (olhar racista e interesse em substitutos "temporários" para os europeus), governo japonês (positivação da imagem do Japão no exterior e fixação dos emigrados), cafeicultores (mão-de-obra barata) e imigrantes japoneses (trabalho "fácil e lucrativo" e retorno rápido).

Os primeiros anos da imigração japonesa para o Brasil foram dirigidos por companhias particulares de imigração que negociavam diretamente com o governo paulista. Exemplo disso foi a *Kôkoku Imin Kaisha* (Companhia Imperial de Emigração) dirigida por *Ryu Mizuno* e ligada ao *Tokyo Sindicate*, responsável pela introdução dos pioneiros do *Kasato Maru* em 1908 e que depois foi extinta.

Parte das despesas de viagem eram subsidiadas pelo governo paulista e outra parte ficava a cargo dos fazendeiros (contratantes) que adiantavam parte do capital, depois descontado do salário dos imigrantes. Esse modelo de emigração para o Brasil foi diferente das emigrações de japoneses pioneiras para o Havaí e América do Norte. Além disso, outra diferença se encontrava na condição para imigrar imposta pelo o governo paulista, estabelecendo que deveriam vir no mínimo três braços ("três enxadas") por família para o trabalho nos cafezais, objetivando a fixação do imigrante no local de trabalho. A dificuldade das companhias de emigração em arregimentar famílias legítimas, levou a formação de "famílias compostas", formadas na maior parte das vezes por elementos que não possuíam laços consangüíneos; muitas famílias possuíam grau de parentesco distante ou agregados. Segundo o sociólogo *Hiroshi Saito* essa era uma forma que as companhias conseguiram para burlar o acordo com o governo paulista e excluir elementos não produtivos, como crianças e velhos[9]. Esse fato veio a influenciar diretamente nas formas de trabalho dos imigrantes nas fazendas, como também o seu grau de fixação nas mesmas.

Influência que pode ser notada na forma como ocorria a exploração dos lotes nos núcleos fundados pela iniciativa dos próprios imigrantes, esta era *assegurada pela mão-de-obra familiar, estimava-se que um homem sozinho é capaz de cultivar dois ou três alqueires, daí a expressão "tocar três alqueires por enxada"* [10]. Pela lógica capitalista, o ganho estava diretamente associado ao número de indivíduos que faziam parte da família, ou seja, que tinham capacidade para o trabalho.

Dessa maneira foi que se desenvolveu (até o ano de 1923) um modelo imigratório dirigido e subsidiado pelas oligarquias cafeicultoras que administravam o estado de São Paulo, *na qual os imigrantes eram contratados e subsidiados por países interessados com a condição de se dedicarem ao trabalho assalariado da lavoura*[11].

2. Os núcleos *Ijûchi* de Iguape, Aliança e Bastos

---

[9] Hiroshi Saito, *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo, ed Sociologia e Política, 1961. p. 62

[10] Idem. P. 223.

[11] Hiroshi Saito. *op. cit*. p. 12.

No momento em que os primeiros imigrantes japoneses desembarcavam no Brasil, uma série de mudanças na política imigratória estavam sendo efetivadas. A política estatal de criação de núcleos de povoamento (existente desde o século XIX) ao longo do território nacional sofreu modificações. Em abril de 1907 o governo federal criou o Serviço de Povoamento do Solo Nacional, devido à incapacidade de alguns estados da federação não conseguir arcar com as despesas para a criação de núcleos coloniais ficou determinado mediante a decreto-lei que a União poderia intervir no estado com relação aos assuntos de imigração e colonização.

Desse modo, no contrato assinado em 1907, entre o governo paulista e a Companhia Imperial de Imigração, havia uma cláusula *prevendo a possibilidade dos japoneses não se adaptarem totalmente ao regime do trabalho assalariado aqui vigente, e assim cogitou-se da fundação de núcleos coloniais a margem da Central do Brasil*[12]. Devido à negativa do governo paulista alegando questões econômicas e estratégicas em ceder terras nesta região, houve a substituição em definitivo por terras devolutas situadas no Vale da Ribeira (50.000 hec.)[13], na época comarca de Iguape. Cedidas oficialmente no ano de 1912 ao *Tokyo Sindicate* (Sindicato de Tóquio) representado por *Ikutaro Ayoagui* e que, um ano depois, veio se transformar na *Brasil Takushoku Kaisha* (Companhia Colonizadora do Brasil Ltda.), as terras da região deveriam começar a ser exploradas a partir de 1913.

No projeto inicial (que não se concretizou) deveriam ser enviados para a colônia cerca de 4 mil agricultores japoneses em um prazo de quatro anos, subsidiados pelo governo paulista. O objetivo era desenvolver a principal atividade econômica da região, a rizicultura[14]. Em um primeiro momento, *Ikutaro Ayoagui* não conseguiu recrutar um número suficiente de colonos japoneses no Japão para iniciar o projeto. Como solução emergencial foram recrutadas 30 famílias japonesas que viviam na Rua Conde de Sarzedas e arredores e introduzidas na nascente colônia de Iguape. A maior parte das famílias não era formada por agricultores e se encontrava na

---

[12] Agostinho Rodrigues Filho. *Bandeirantes do Oriente!* São Paulo, Empresa Editora Bandeirantes Ltda. 1949, p. 33

[13] Foram entregues definitivamente pelo governo de São Paulo 50.000 hec em terras devolutas, posteriormente 859 hec. foram doados pela Câmara Municipal de Iguape (sítio Katsura), somadas a mais 24.994 hec na mesma região adquiridas pela K.K.K.K. (Kaikô), perfazendo um total de 75.853 hec.

[14] Chyoko Mita. *Bastos:... op. cit*. p. 45

cidade de São Paulo, após experiência (nem sempre bem sucedida) em fazendas de café do interior do estado.

Dessa forma surgiram os núcleos coloniais de Registro, Sete Barras e *Katsura* (Gipovura) que formavam a Colônia de Iguape[15]. Dentre estes núcleos destacava-se a Colônia de *Katsura* situada na região de Gipovura, considerada o marco zero da colonização japonesa no Brasil. Inicialmente, a primeira comunidade foi chamada de *Katsura Shokuminchi* (Colônia *Katsura*), em homenagem ao Primeiro Ministro do Japão na época, *Taro Katsura* e que foi um dos grandes incentivadores da imigração japonesa para o Brasil. Apesar da denominação *shokuminchi*, na realidade o núcleo *Katsura* seguiu o modelo *ijûchi,* pois a terras eram devolutas e adquiridas mediante acordo entre a companhia de imigração japonesa e o governo paulista.

A partir da colônia de Iguape em 1912, vários núcleos de colonização japoneses começaram a se formar em sua maior parte no estado de São Paulo. Estes núcleos ou colônias podem ser classificados basicamente em dois modelos ou tipos:

- *Shokuminchi* ("Colônias") - Loteamentos particulares ou núcleos voluntários (comprado com capital de colonos japoneses), formados por lotes com cerca de 10 a 15 hec. em locais de mata virgem, geralmente limítrofes as grandes propriedades (região oeste de São Paulo e norte do Paraná). Muitos núcleos surgiram a partir da venda de loteamentos de extintas fazendas de café. Exemplos são as colônias *Hirano*, Brejão, Vai-Bem (década de 1910).
- *Ijûchi* ("terra recebida" ou "terra para onde se emigrou") – Criadas a partir de capital privado de companhias japonesas supervisionadas pelo governo japonês (K.K.K.K., BRATAC entre outras), que adquirem lotes de terras (por compra) ou recebem sem ônus terras devolutas do governo brasileiro, para loteamento com a obrigação de colonizá-las. São exemplos os núcleos de Iguape, Bastos, Aliança e Tietê. Os compradores dispunham de cinco a dez anos para pagar.

[15] Em projeto de lei enviado a Câmara dos Deputados em setembro de 2006 pelo deputado Arnaldo Madeira, o atual município de Iguape deverá ser considerada (com justiça) o "Berço da Colonização Japonesa no Brasil". O projeto até o momento (janeiro de 2007) espera por aprovação .

O núcleo pioneiro de Iguape após algum tempo, era dotado de uma infra-estrutura invejável para a época. Havia escola, ambulatório médico, fábrica de beneficiamento de arroz, postos de venda de mantimentos, alojamentos para hospedar imigrantes, etc. A maior parte desta estrutura era financiada pelo capital japonês da *Brasil Takushoku Kaisha.* No final de década de 1910, corriam boatos de que muitos imigrantes japoneses que residiam no interior de São Paulo (Noroeste e Alta Paulista) "invejavam" os moradores da nascente colônia de Iguape. Esse fato se devia a sua infra-estrutura ímpar entre os núcleos japoneses existentes. Símbolo de um período na qual a imigração japonesa no Brasil dava seus primeiros passos, a pioneira colônia, nas palavras de *Tomoo Handa*, artista plástico e memorialista da imigração japonesa no Brasil, significava uma grande esperança para os imigrantes japoneses, pois além do:

" *(...) pouco trabalho compensador nas fazendas, havia um outro meio de se chegar a exercer um atividade independente. Portanto, foi nesse período que se operou uma substancial mudança na mentalidade dos imigrantes que, de início, tinham como objetivo o lucro imediato para retornar a pátria. Passaram a fazer planos mais a longo prazo, o que incluía a idéia de se fixarem permanentemente no país. Foi esse um dos grandes méritos do núcleo de Iguape – o ter sugerido, pela primeira vez, aos imigrantes japoneses a alternativa de fixação no Brasil*" [16]

Esta "inveja" pode ser considerada como um dos sentimentos surgidos diante do fracasso inicial de muitas famílias de imigrantes japoneses que para cá vieram. A antropóloga Célia Sakurai alerta para a necessidade de se compreender a diferença[17] entre uma maioria, os imigrantes japoneses que para cá vieram mediante contratos de trabalho previamente estabelecidos para trabalhar nas fazendas de café (lavradores assalariados) e uma parcela menor, aqueles que vieram como colonos para as colônias de Aliança, Tietê etc., possuidores do status de *proprietários*. Condição almejada cada vez mais pela maioria dos imigrantes japoneses, principalmente a partir da década de 1920, daí o sentimento de "inveja", pois a história provou

[16] Tomoo Handa.. *O Imigrante Japonês no Brasil: História de sua vida no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz, Editor/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987. p. 338.
[17] Célia Sakurai. *Imigração Tutelada*:... *op. cit. p. 82.*

que o caminho para a condição de *proprietário* foi difícil de ser alcançada para grande parte dos japoneses aqui radicados.

A historiografia da imigração japonesa para o Brasil relata que foi no ano de 1911 que os primeiros imigrantes japoneses conseguiam adquirir terras próprias. Eram seis famílias que ingressaram no núcleo colonial federal Primeira Monção, situado na área servida pela estação Cerqueira César, ligada a Estrada de Ferro Sorocabana[18]. Para ter acesso a compra da terra, as famílias de ex-lavradores deveriam estar emancipadas, ou seja, sem dívidas e com o contrato de trabalho cumprido junto à fazenda. Além disso, a família já deveria ter amealhado uma certa quantia de capital para poder comprar seu lote no núcleo. Exceção à parte, este veio a se tornar o desejo de muitos imigrantes aqui radicados e os japoneses não fugiram a regra, apesar de alimentarem a esperança de ser bem sucedidos e voltar à terra natal.

No caso dos imigrantes japoneses o processo de emancipação se dava geralmente em três etapas: a partir da condição de *colono assalariado* (4 a 6 anos em média) para depois tornar-se *arrendatário* (3 a 6 anos em média) e por fim passar para a tão almejada situação de pequeno proprietário/produtor. Quase que uma regra no processo de ascensão no universo dos imigrantes japoneses radicados na zona rural (quase 90% do total de imigrados até 1941), essa realidade era vista pelos proprietários de terra brasileiros com desconfiança. Sobre esse processo, no início década de 1930, o geógrafo francês Pierre de Monbeig constatou que se:

"*Por outro, lado o arrendamento apresenta um inconveniente maior, na opinião dos proprietários. É que os candidatos a arrendar terras têm sido, em grande maioria, japoneses. Ora, os fazendeiros afirmam que se os japoneses cumprem satisfatoriamente as claúsulas dos contratos e obtém boas colheitas, deixam em compensação, o solo consideravelmente empobrecido quando o compromisso termina, isto é, no fim de dois ou três anos. Não se sentindo responsáveis, não tendo interesse direto na conservação da terra e sempre dispostos a fazer as malas e ir mais longe, os arrendatários japoneses retiram o máximo do solo e o atiram fora em seguida, como o bagaço do limão de que se extraiu todo o suco*"[19]

---

[18] *Uma Epopéia Moderna 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec/SBCJ, 1992. p. 79
[19] Pierre Monbeig. *Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1984. p. 285.

Na década de 1920 surgem as primeiras reclamações por parte dos arrendatários e proprietários de terras sobre a "eficiência dos japoneses" no campo da agricultura. Devido ao desenvolvimento de técnicas de cultivo em terrenos desfavoráveis (solo esgotado, pantanoso ou de baixa produtividade) praticadas pelos agricultores japoneses, muitos pequenos e médios lavradores viam nestes "pequenos", mas eficientes produtores agrícolas, uma ameaça de caráter econômico. No entanto essa opinião estava longe de ser unânime. Algumas autoridades brasileiras viam de modo positivo a contribuição nipônica junto à agricultura paulista. Exemplo disso pode ser visto no relatório do general Waldomiro Castilho de Lima, interventor federal em São Paulo, publicado em 1933[20], auge dos debates constitucionais antinipônicos. Seu conteúdo deixa transparecer opiniões positivas, ou seja, bem diferentes das veiculadas sobre os imigrantes japoneses (vistos como inassimiláveis, desonestos, enquistados, imperialistas etc.) pela opinião pública e por intelectuais. O relatório foi produzido a partir de uma pesquisa ou "enquête" respondida por 43 prefeitos do interior do estado de São Paulo. Seu objetivo era saber qual *a utilidade da colonização nipônica em nosso país*[21].

É importante constatar que a maior parte dos lavradores que responderam a pesquisa, afirmaram que o colono japonês é um *excelente operário agrícola*, pois é *trabalhador, sadio, honesto, econômico e cumpridor dos seus deveres perante aos patrões.* Além disso, não são refratários aos nossos costumes, *são dóceis, disciplinados e de boa índole.*[22] Estas opiniões contraditórias são importantes para que se possa ter uma idéia dos efeitos iniciais da colonização japonesa no Brasil, ou seja, suas repercussões entre as autoridades brasileiras e na opinião pública nacional. Além disso, pode-se avaliar até que ponto a política emigratória japonesa e sua forma de ocupação do espaço físico (terra), realizada a partir das ações dos emigrantes e do governo japonês em território nacional alcançou seus objetivos.

Deve-se voltar ao ano de 1917 para uma melhor compreensão da relação entre o governo japonês e sua política emigratória, baseada na criação de uma estrutura de núcleos coloniais no estado de São Paulo. A partir daquele ano, com a reorganização da *Toyô Imin Kaisha* e da fusão

---

[20] *Relatório da administração do General Waldomiro Castilho de Lima no Governo de São Paulo, como Interventor federal no Estado*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1933. pp. 245-246
[21] Idem. p. 245.
[22] Ibidem. p. 246.

das quatro companhias de emigração japonesa ainda em funcionamento no período (*Nihon Shokumin, Nitton Shokumin, Nambei Imin Kaisho* e *Morioka Imin Kaisha* incorporada em 1920), surgiu a K.K.K.K. – *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A.) ou simplesmente *Kaikô* ("quatro kas"). Ela passou a monopolizar as atividades emigratórias, tornando-se a representante em território brasileiro da Companhia Imperial de Imigração. Entre suas principais funções estaria a de cuidar da saída de emigrantes e de sua distribuição no Brasil. Encontrava-se também sob seus auspícios o *fornecimento de capitais, organização e administração de colônias, compra e venda de bens imóveis, agricultura, pesca, pecuária, mineração, comissão mercantil e beneficiamento, armazéns gerais, trabalhos de arquitetura, engenharia civil e obras, indústrias ligadas a agricultura, a publicação de jornais, organização de companhias e ação bancária, transporte marítimo e terrestre. Sua ação estendia-se ao Brasil, Peru, Colômbia, Cuba, Filipinas etc.*[23]

Em 1919 a *Brasil Takushoku Kaisha*, responsável pela colônia de Iguape, foi incorporada a *Kaikô*. Este foi mais um passo que o governo japonês dava no sentido de imprimir um cunho estatal a política emigratória para o Brasil. Três anos antes o Consulado Geral do Japão se instalava na av. Brigadeiro Luís Antônio na cidade de São Paulo e a Legação do Japão se instalava no Rio de Janeiro em 1917, elevando-se logo depois a categoria de Embaixada (1923).[24]

Entre os anos de 1921 e 1924, o sentimento de animosidade por parte de muitos lavradores e proprietários de terra em algumas regiões no interior do estado de São Paulo com relação à "eficiência agrícola" dos imigrantes japoneses aumentou, levando ao surgimento de alguns conflitos entre arrendatários japoneses e proprietários de terras.

Ciente dos acontecimentos, o governo japonês com o aval do governo federal brasileiro, deu continuidade ao seu projeto emigratório baseado na aquisição de lotes de terras. Em 1922 a *Shinano Ijû Kyokai* (Associação Ultramarina de *Shinano*) adquiriu junto ao governo paulista 5.500 hec. de terras situadas na região da extrema Noroeste do estado de São Paulo, fundando ali a colônia de Aliança em outubro de 1924, para onde deveriam se dirigir cerca de 400 famílias de imigrantes japoneses originários da província de *Nagano*. No entanto esse plano inicial não se

[23] Agostinho Rodrigues Filho. *Bandeirantes*....op. cit.. p. 32
[24] *Epopéia Moderna*.... op. cit. . p. 141.

consolidou. Segundo *Tomoo Handa* os primeiros integrantes da colônia Aliança, foram duas famílias oriundas da região de Registro (colônia de Iguape). Apenas em agosto de 1925 foi que chegaram as primeiras quatro famílias vindas do Japão.

Pela primeira vez, os imigrantes vinham com a orientação prévia para se fixar no Brasil em definitivo, ou seja, já vinham com *status* de *proprietários*. O objetivo maior da associação era enviar emigrantes "*sob um planejamento seguro e uma organização ordenada e controlada*"[25]. Essa orientação ficava bem clara nas palavras de *Toshio Honma*, governador da província de *Nagano* e um dos principais incentivadores da emigração em caráter definitivo para o Brasil*:*

"*A verdadeira imigração consiste em estabelecer ao além-mar toda a infra-estrutura necessária que proporcione os mesmos benefícios que gozava na terra natal, para que o imigrante possa fixar-se seguramente e procure o seu desenvolvimento e o do país imigrantista*"[26]

Podemos notar, portanto que o núcleo colonial Aliança na situado na região Noroeste do estado de São Paulo "nasceu" a partir de uma diretriz diferente dos outros núcleos. O lema "faça homens em vez de fazer café", refletia diretamente o perfil de boa parte dos imigrantes instalados no núcleo Aliança, estes eram médicos, intelectuais, engenheiros, sacerdotes e não somente elementos ligados a agricultura[27]. A maior parte dos colonos japoneses na colônia de Aliança tinha interesse em se fixar no Brasil.

Nos anos seguintes as Associações Ultramarinas das províncias de *Kumamoto*, *Tottori* e *Toy*ama foram responsáveis pela implantação da Segunda (1926, 5.000 hec.) e Terceira Aliança (1928, 7.500 hec.). Após o sucesso das empreitadas de colonização dirigidas pelas províncias de *Shinano* e *Tottori*, em 1927 entra em vigor no Japão a lei que criou as Associações Ultramarinas nas principais províncias japonesas. O governo japonês tinha a intenção de que cada província organizasse "cooperativas de imigração", tendo como seu órgão centralizador em âmbito nacional a K.I.K.R. – *Kaigai Ijû Kumiai Rengokai* (Fundação das Associações das Províncias Japonesas). Inicialmente os planos eram de fundar um núcleo colonial nos moldes *ijûchi* por ano nos países onde as representantes da K.I.K.R. atuassem, como Brasil e Peru.

---

[25]Idem. p. 418.
[26]Ibidem. p. 416.
[27] Ibidem.. p.424.

Foi criada no Brasil em 1928, sob a direção de *Kunito Myazaka*, a BRATAC –*Yugen Sekinin Brasil Takushoku Kumiai* (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda.), órgão representativo da K.I.K.R.. Seu objetivo era o de ser a entidade central unificadora das colônias japonesas no país em fase de formação. Além disso, a BRATAC era a responsável por recrutar e enviar para o Brasil colonos proprietários. No ano de 1931 teve início o processo de transferência das três colônias Aliança para a direção da BRATAC, completada em 1938.

A BRATAC foi a responsável pela criação e manutenção (até o ano de 1942) das colônias de Bastos (1928) na região da Alta Paulista, Tietê (1928) na região Noroeste, região conhecida no período como "quartel general da malária" e Três Barras (1932), situada ao norte do estado do Paraná. Concomitante ao surgimento deste núcleos, houve também a construção de estradas de rodagem, farmácias, escolas, postos médicos, pontes etc. Essa política deu origem ao movimento GAT – "Gozar a Terra", através do binômio "amor a terra, residência permanente", que objetivava a fixação definitiva do imigrante.

A partir da década de 1930, Bastos tornou-se um importante modelo de desenvolvimento econômico entre os núcleos *ijûchi*. Devido a altitude e a má qualidade do solo para o plantio de mudas de café na região[28], a BRATAC acabou por desenvolver a cotonicultura e a criação de bicho-da-seda como norteadores econômicos da nascente colônia de Bastos. A conjuntura político-econômica do período refletiu diretamente nessa escolha. A desvalorização do café no mercado internacional, conseqüência das crises do biênio 1929/1930 (superprodução nacional e quebra da bolsa de valores de Nova Iorque) e a proibição do plantio de novos pés de café pelo governo varguista a partir de 1932, foram importantes fatores que direcionaram o desenvolvimento de Bastos. A partir de meados da década de 1930, a colônia tornou-se um grande centro produtor de algodão e sericultura, desenvolvendo-se rapidamente e contribuindo para o desenvolvimento de cidades ao seu redor como Marília, Osvaldo Cruz, Tupã e Pompéia.

É importante salientar que cada um dos núcleos coloniais que surgiram a partir do modelo *ijûchi*, criados e administrados pela *Kaikô* e posteriormente pela BRATAC, receberam a autorização e foram fiscalizados por autoridades brasileiras. Nestes núcleos coloniais e

[28] Chyoko Mita. *Bastos:... op. cit*. p. 73.

adjacências foram construídos grupos escolares, escolas mistas, cooperativas, cemitérios, sub-delegacias, cartórios de paz e sub-prefeituras, estradas, pontes etc..

Os núcleos coloniais como Iguape, Aliança e Bastos entre vários outros que se desenvolveram entre as décadas de 1910 e 1930, apesar das várias dificuldades enfrentadas, se desenvolveram efetivamente não só a partir de projetos oriundos de uma eficiente política emigratória, encetada pelo governo japonês, mas também pela luta e vontade do elemento humano: o imigrante. Outro fator importante foi a singularidade do processo, pois este tipo de empreitada planejada e dirigida por entidades estatais estrangeiras(no caso japonesa) para aquisição e acomodação de imigrantes em solo brasileiro foi único. Se comparada ao modo de organização, supervisão e cuidados dos governos para com seus imigrantes, que para cá vieram, como os italianos, os espanhóis ou os alemães, não houve paralelos na história da imigração para o Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

DEZEM, Rogério. *Matizes do Amarelo: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908).* São Paulo: Humanitas/USP, 2005.

HALL, Michael M. *Trabalhadores Imigrantes*. Série Trabalhadores. Campinas: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo de Campinas, 1989.

HANDA, Tomoo. *O Imigrante Japonês no Brasil: História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987.

MITA, Chiyoko. *Bastos: uma comunidade étnica no Brasil*. São Paulo: Humanitas/USP, 1999.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

PETRI, Kátia Cristina. "Terras e Imigração em São Paulo: Política Fundiária e Trabalho Rural". *Histórica*. São Paulo: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado.Edição no. 2. Junho de 2005.

Relatório da administração do General Waldomiro Castilho de Lima no Governo de São Paulo, como Interventor federal no Estado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

RODRIGUES FILHO, Agostinho. *Bandeirantes do Oriente!* São Paulo: Empresa Editora Bandeirantes Ltda., 1949.

SAKURAI, Célia. *Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil*. Campinas: Tese de Doutorado em Antropologia, IFCH /Unicamp, 2000.

Uma Epopéia Moderna 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/SBCJ, 1992.